Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021 7

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 27

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 28

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 29

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	582.663.140
Preferenciais	0
Total	582.663.140
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.558.427	1.516.335
1.01	Ativo Circulante	217.751	196.851
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.993	55.500
1.01.03	Contas a Receber	24.590	23.875
1.01.03.01	Clientes	24.590	23.875
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	120.168	117.476
1.01.08.03	Outros	120.168	117.476
1.01.08.03.01	Ativo financeiro de concessão	118.802	116.014
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	1.366	1.462
1.02	Ativo Não Circulante	1.340.676	1.319.484
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	967.005	948.724
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	967.005	948.724
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	966.950	948.669
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	55	55
1.02.03	Imobilizado	2.882	2.841
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.882	2.841
1.02.04	Intangível	370.789	367.919
1.02.04.01	Intangíveis	370.789	367.919

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.558.427	1.516.335
2.01	Passivo Circulante	161.569	178.626
2.01.02	Fornecedores	2.795	11.192
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.795	11.192
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.330	23.657
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.330	23.657
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.330	23.657
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	80.146	72.449
2.01.04.02	Debêntures	80.146	72.449
2.01.05	Outras Obrigações	72.298	71.328
2.01.05.02	Outros	72.298	71.328
2.01.05.02.04	Dividendos	56.343	56.343
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	15.955	14.985
2.02	Passivo Não Circulante	598.874	574.940
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	515.234	504.059
2.02.01.02	Debêntures	515.234	504.059
2.02.02	Outras Obrigações	14.233	11.460
2.02.02.02	Outros	14.233	11.460
2.02.02.02.03	Outros passivos não circulantes	14.233	11.460
2.02.03	Tributos Diferidos	69.407	59.421
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	69.407	59.421
2.03	Patrimônio Líquido	797.984	762.769
2.03.01	Capital Social Realizado	582.663	582.663
2.03.04	Reservas de Lucros	180.106	180.106
2.03.04.01	Reserva Legal	15.641	15.641
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	164.465	164.465
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.215	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.765	67.118
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.090	-11.248
3.02.02	Energia elétrica comprada para revenda	-4.537	-763
3.02.03	Depreciação e amortização	-3.486	-3.479
3.02.04	Materiais e serviços de terceiros	-2.330	-2.303
3.02.05	Transações no mercado de energia de curto prazo	-2.310	-1.114
3.02.07	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-1.530	-1.529
3.02.08	Pessoal	-1.162	-1.335
3.02.11	Repactuação do risco hidrológico	6.289	0
3.02.12	Outros custos operacionais	-24	-725
3.03	Resultado Bruto	77.675	55.870
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-190	-183
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-198	-183
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8	0
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	8	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.485	55.687
3.06	Resultado Financeiro	-24.138	-18.027
3.06.01	Receitas Financeiras	279	579
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.417	-18.606
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.347	37.660
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.132	-12.798
3.08.01	Corrente	-8.146	-10.143
3.08.02	Diferido	-9.986	-2.655
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.215	24.862
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.215	24.862
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06044	0,04267
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,06044	0,04267

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	35.215	24.862
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.215	24.862

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.602	34.545
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.415	28.535
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	53.347	37.660
6.01.01.02	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-48.465	-31.189
6.01.01.03	Repactuação do risco hidrológico	-6.289	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	3.486	3.479
6.01.01.05	Juros e variação monetária	24.348	18.794
6.01.01.06	Outros	-12	-209
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.596	25.284
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-710	-445
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	27.396	26.824
6.01.02.03	Outros ativos	60	86
6.01.02.04	Fornecedores	-8.397	-1.415
6.01.02.07	Outros passivos	-1.753	234
6.01.03	Outros	-25.409	-19.274
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-25.409	-19.274
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-109	-53
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-109	-53
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.493	34.492
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	55.500	48.851
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	72.993	83.343

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	582.663	0	180.106	0	0	762.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	582.663	0	180.106	0	0	762.769
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.215	0	35.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.215	0	35.215
5.07	Saldos Finais	582.663	0	180.106	35.215	0	797.984

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	582.663	0	88.246	0	0	670.909
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	582.663	0	88.246	0	0	670.909
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.862	0	24.862
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.862	0	24.862
5.07	Saldos Finais	582.663	0	88.246	24.862	0	695.771

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	90.946	71.021
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.473	39.832
7.01.02	Outras Receitas	48.473	31.189
7.01.02.01	Remuneração do ativo financeiro de concessão	48.465	31.189
7.01.02.02	Outras receitas operacionais, líquidas	8	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.879	-6.270
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.102	-2.225
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.477	-2.435
7.02.04	Outros	4.700	-1.610
7.02.04.01	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-1.530	-1.529
7.02.04.03	Repactuação do risco hidrológico	6.289	0
7.02.04.04	Outros	-59	-81
7.03	Valor Adicionado Bruto	86.067	64.751
7.04	Retenções	-3.486	-3.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.486	-3.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	82.581	61.272
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	279	579
7.06.02	Receitas Financeiras	279	579
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	82.860	61.851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	82.860	61.851
7.08.01	Pessoal	997	1.103
7.08.01.01	Remuneração Direta	715	813
7.08.01.02	Benefícios	145	124
7.08.01.03	F.G.T.S.	38	49
7.08.01.04	Outros	99	117
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.250	16.734
7.08.02.01	Federais	22.244	16.734
7.08.02.02	Estaduais	6	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.476	18.644
7.08.03.01	Juros	24.341	18.794
7.08.03.02	Aluguéis	53	38
7.08.03.03	Outras	82	-188
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.215	24.862
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.215	24.862
7.08.05	Outros	-78	508
7.08.05.01	Encargos setoriais	-78	508

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	1T21	1T20	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	86.765	67.118	19.647	29,3
Lucro bruto	77.675	55.870	21.805	39,0
Margem bruta	89,5%	83,2%		6,3 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	80.971	59.166	21.805	36,9
Margem Ebitda	93,3%	88,2%		5,1 p.p.
Depreciação e amortização	(3.486)	(3.479)	(7)	0,2
Resultado financeiro	(24.138)	(18.027)	(6.111)	33,9
Imposto de renda e contribuição social	(18.132)	(12.798)	(5.334)	41,7
Lucro líquido	35.215	24.862	10.353	41,6

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

No 1T21, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 19.647 mil (29,3%), atingindo R$ 86.765 mil, frente aos R$ 67.118 mil reconhecidos no 1T20. Essa variação é consequência da combinação, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 17.276 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, substancialmente, pela variação do IPCA entre os períodos em comparação; (ii) aumento de R$ 2.083 mil na receita com transações de energia, sendo composto por (ii.i) aumento de R$ 1.426 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais e (ii.ii) aumento de R$ 657 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (iii) acréscimo de R$ 288 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivada pelos efeitos da atualização monetária. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da energia vendida

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 2.158 mil (19,2%) entre os trimestres em comparação, passando de R$ 11.248 mil no 1T20 para R$ 9.090 mil no 1T21. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: aumentos de R$ 3.774 mil e R$ 1.196 mil, respectivamente, entre os trimestres em análise, totalizando aumento de R$ 4.970 mil (264,8%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Comentário do Desempenho

b) Repactuação do risco hidrológico: em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação da repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel n° 895/2020, a qual contemplou, dentre outras questões, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da referida Lei. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação. Como compensação, os geradores têm direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Recuperação de custos de energia - Repactuação de risco hidrológico" da demonstração do resultado, no montante de R$ 6.289 mil, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de 6 meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo equivalente ao valor definido e disponibilizado pela CCEE.

Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

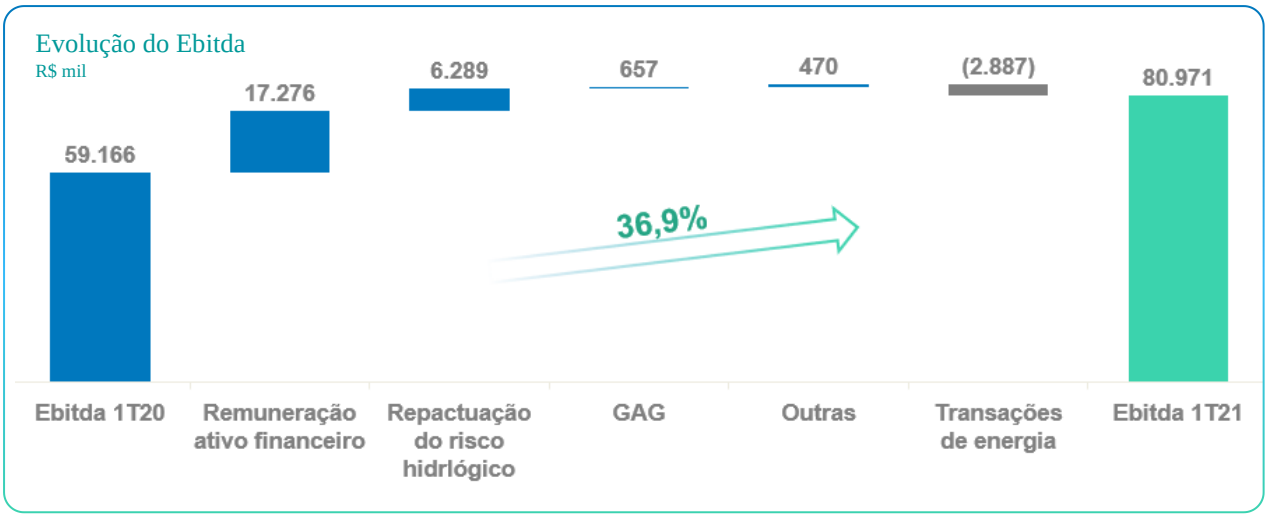
A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Adicionalmente, durante o 1T21, a Companhia efetuou compras de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE, no montante de R$ 4.537 mil, visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumento de R$ 2.083 mil e de R$ 4.970 mil, respectivamente, ocasionando uma redução de R$ 2.887 mil no lucro bruto da Companhia. Esse decréscimo é resultado de transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE. Esse efeito foi parcialmente atenuado pelo reajuste de preço do contrato com a controladora.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda no 1T21 foi de R$ 80.971 mil, R$ 21.805 mil (36,9%) acima do apurado no 1T20, de R$ 59.166 mil.

Comentário do Desempenho



Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram acréscimo de R$ 6.111 mil (33,9%) entre 1T20 e 1T21, atingindo o montante de R$ 24.138 mil no 1T21 (R$ 18.027 mil no 1T20). O acréscimo, decorre, principalmente, do aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos trimestres em questão.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No 1T21, essas despesas aumentaram R$ 5.334 mil (41,7%), passando de R$ 12.798 mil no 1T20 para R$ 18.132 mil no 1T21, em decorrência do aumento de 41,7% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os trimestres foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido do 1T21 foi de R$ 35.215 mil, R$ 10.353 mil (41,6%) superior aos R$ 24.862 mil apresentados no 1T20, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31.03.2021
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no 1° trimestre de 2021 foram estes:

a) Repactuação do risco hidrológico – Lei n° 14.052/2020

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei n° 14.052, aprovada em 08.09.2020, e reguladas pela Resolução Normativa Aneel n° 895/2020, emitida em 01.12.2020. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação.

[1] As informações não financeiras contidas nessas informações trimestrais como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos, considerando apenas a parcela de energia que não foi repactuada em 2015.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação, a qual contemplou: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte; e (iii) o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/2020. Como consequência, no 1° trimestre de 2021, a Companhia reconheceu o intangível no montante de R$ 6.289, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Custos operacionais - Repactuação do risco hidrológico".

No decorrer do 1° trimestre de 2021, a Aneel acatou alguns pedidos de reconsideração do cálculo de repactuação feitos por agentes do setor, por meio da Resolução Normativa Aneel n° 930, de 30.03.2021. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou, através de Despacho emitido em 12.04.2021, especificamente a possibilidade dada às hidrelétricas contratadas no mercado regulado, as quais já haviam repactuado o risco hidrológico em 2015. Com isto, a abertura do prazo de adesão prevista para ocorrer em até 60 dias após a disponibilização à Aneel do cálculo de extensão das outorgas das usinas pela CCEE, ainda não teve início. É válido destacar que esta discussão envolvendo a Aneel e o TCU é suplementar e não traz riscos a matéria, não afetando, portanto, o ativo reconhecido pela Companhia.

b) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando em 2021, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No 1° trimestre de 2021, a Companhia não apurou impactos significativos em suas informações trimestrais decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

Notas Explicativas

b.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, a garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora. Em relação à parcela destinada ao regime de cotas no ACR, até o presente momento, não houve alteração nas cláusulas contratuais.

b.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas informações trimestrais não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

b.3) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas em conformidade, simultaneamente, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Contábil CPC 21 – Demonstração Intermediária, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

As ITR também foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), utilizando o custo histórico amortizado como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas.

Na elaboração das ITR é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2020, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as ITR de 31.03.2021. Essas ITR, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31.12.2020.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das ITR de 31.03.2021, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, foram os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2020. Adicionalmente, a partir do 1° trimestre de 2021, a Companhia passou a aplicar a seguinte política contábil, em virtude do reconhecimento do direito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Notas Explicativas

Intangível

Em março de 2021, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei n° 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, ao valor justo, o qual é similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. Este direito foi reconhecido no momento em que se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico".

a) Normas e alterações aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2021

A partir de 01.01.2021, estão vigentes os seguintes pronunciamentos: (i) Revisão do CPC 06 (R2) - Arrendamentos; e (ii) Revisão do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos significativos nas ITR de 31.03.2021.

b) Aprovação das ITR

As ITR ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.05.2021.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**181**	**594**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	72.812	54.906
	72.993	**55.500**

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.03.2021	31.12.2020
Transações realizadas na CCEE	10.735	7.380
Distribuidoras	7.563	7.577
ENGIE Brasil Energia	6.292	8.918
	24.590	**23.875**

Em 31.03.2021, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber (R$ 12 em 31.12.2020). A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 - ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

a) Composição

	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	118.802	966.950	1.085.752	116.014	948.669	1.064.683

Notas Explicativas

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

	UHE Miranda
Saldo em 31.12.2020	**1.064.683**
Recebimentos	(27.396)
Juros	22.931
Variação monetária	25.534
Saldo em 31.03.2021	**1.085.752**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
Abril a dezembro de 2022	75.876
2023	92.693
2024	83.833
2025	75.838
2026	68.606
2027 a 2031	256.470
2032 a 2047	313.634
Ativo financeiro de concessão	**966.950**

NOTA 6 - INTANGÍVEL

a) Mutação do ativo intangível

	Total[1]
Saldo em 31.12.2020	**367.919**
Ingresso	6.289
Amortização	(3.419)
Saldo em 31.03.2021	**370.789**

(1) Contempla o montante relativo à bonificação pela outorga e ao direito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico.

a.1)Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei n° 14.052, que alterou em partes a Lei n° 13.023 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei n° 14.052 , determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Notas Explicativas

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/20.

Como consequência, a Companhia reconheceu, em 2021, o ativo intangível relativo ao direito de extensão do prazo de concessão da outorga de geração, no montante de R$ 6.289, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de 6 meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. O reconhecimento foi em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico". A amortização deste ativo ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

No 1° trimestre de 2021, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 7 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2020.

a) Perdas não realizadas nas operações de *hedge*

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.03.2021	31.12.2020
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	19.074	13.605
	19.074	**13.605**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante[1]	8.458	5.608
Passivo não circulante[1]	10.616	7.997
	19.074	**13.605**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Notas Explicativas

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Passivo em 31.12.2020	**5.608**	**7.997**	**13.605**
Juros	2.876	2.659	5.535
Ajuste a valor justo	(26)	(40)	(66)
Passivo em 31.03.2021	**8.458**	**10.616**	**19.074**

b) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação do IPCA.

O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**31.03.2021**	**31.03.2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	6,1%	4,8%	-1,3% p.p.	1,2% p.p.	-0,7% p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.03.2021, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.03.2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.03.2021	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	430.433	5.756	(5.366)	3.337
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	164.947	1.900	(1.772)	1.103
	595.380	**7.656**	**(7.138)**	**4.440**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.085.752	(13.788)	16.720	(7.993)

Notas Explicativas

c) Risco de gerenciamento de capital

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido esta apresentada abaixo:

	31.03.2021	31.12.2020
Dívida[1]	614.454	590.113
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(72.993)	(55.500)
Dívida líquida	**541.461**	**534.613**
Patrimônio líquido	**797.984**	**762.769**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,7**	**0,7**

(1) Líquida dos efeitos do *hedge*.

d) Risco de liquidez

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.03.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.795	-	-	-	2.795
Debêntures[1]	106.129	230.701	227.525	169.786	734.141
	108.924	**230.701**	**227.525**	**169.786**	**736.936**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.03.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	72.812	54.906
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	181	594
Contas a receber de clientes	24.590	23.875
Ativo financeiro de concessão	1.085.752	1.064.683
	1.183.335	**1.144.058**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	164.947	163.667
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[1]	19.074	13.605
Custo amortizado		
Fornecedores	2.795	11.192
Debêntures	430.433	412.841
	617.249	**601.305**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Notas Explicativas

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.03.2021		31.12.2020	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.085.752	1.075.689	1.064.683	1.054.620
Debêntures	595.380	638.055	576.508	632.912
	1.681.132	**1.713.744**	**1.641.191**	**1.687.532**

NOTA 8 - DEBÊNTURES

a) Composição

	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	65.112	98.830	163.942	65.091	98.430	163.521
Encargos	1.005	-	1.005	146	-	146
	66.117	**98.830**	**164.947**	**65.237**	**98.430**	**163.667**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	6.242	416.404	422.646	6.061	405.629	411.690
Encargos	7.787	-	7.787	1.151	-	1.151
	14.029	**416.404**	**430.433**	**7.212**	**405.629**	**412.841**
Debêntures	**80.146**	**515.234**	**595.380**	**72.449**	**504.059**	**576.508**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva[1]	8.458	10.616	19.074	5.608	7.997	13.605
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**88.604**	**525.850**	**614.454**	**78.057**	**512.056**	**590.113**

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Notas Explicativas

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2020	**72.449**	**504.059**	**576.508**
Juros	8.020	-	8.020
Variações monetárias	284	10.514	10.798
Ajuste a valor justo	21	33	54
Transferências	(628)	628	-
Saldos em 31.03.2021	**80.146**	**515.234**	**595.380**

c) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
Abril a dezembro de 2022	81.037
2023	86.730
2024	93.183
2025	96.325
2026	103.046
2027	54.913
Debêntures	**515.234**

d) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Não houve alteração nos compromissos financeiros contratuais (*covenants*) quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Debêntures das demonstrações contábeis de 31.12.2020. Os *covenants* das debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.03.2021				31.12.2020
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	486.066	121.517	43.746	165.263	148.784
Intangível de bonificação pela outorga	107.799	26.950	9.702	36.652	33.970
Repactuação do risco hidrológico	6.289	1.572	566	2.138	-
Outros	1.218	305	110	415	-
		150.344	**54.124**	**204.468**	**182.754**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	359.158	89.790	32.324	122.114	112.796
Perdas não realizados em operações de *hedge*	19.075	4.769	1.717	6.486	4.625
Outros	19.005	4.751	1.710	6.461	5.912
		99.310	**35.751**	**135.061**	**123.333**
Valor líquido		**51.034**	**18.373**	**69.407**	**59.421**

Notas Explicativas

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2020	**59.421**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	9.986
Saldo em 31.03.2021	**69.407**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

	Ativo	Passivo
Abril a dezembro de 2021	22.491	20.292
2022	25.885	36.404
2023	6.561	15.675
2024	14.180	14.186
2025	12.863	12.828
2026 a 2028	10.170	28.794
2029 a 2031	7.729	23.797
2032 a 2034	2.817	11.448
2035 em diante	32.365	41.044
	135.061	**204.468**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.03.2021 e 31.12.2020, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

NOTA 11 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.03.2021	31.03.2020
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	20.666	19.074
Receita GAG – operação e manutenção	15.136	14.819
Transações no mercado de curto prazo	6.671	5.939
	42.473	**39.832**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(3.929)	(3.685)
Pesquisa e desenvolvimento	(244)	(218)
	(4.173)	**(3.903)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**48.465**	**31.189**
Receita operacional líquida	**86.765**	**67.118**

Notas Explicativas

NOTA 12 - RESULTADO FINANCEIRO

	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	274	579
Juros sobre valores a receber	5	-
	279	**579**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	18.818	14.793
Hedge de valor justo sobre empréstimos	5.535	4.001
Ajuste a valor justo	(12)	(275)
Outras despesas financeiras	76	87
	24.417	**18.606**
Despesas financeiras, líquidas	**24.138**	**18.027**

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.03.2021			31.03.2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**53.347**	**53.347**	**53.347**	**37.660**	**37.660**	**37.660**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(13.337)**	**(4.801)**	**(18.138)**	**(9.415)**	**(3.389)**	**(12.804)**
Outros	6	-	6	6	-	6
	(13.331)	**(4.801)**	**(18.132)**	**(9.409)**	**(3.389)**	**(12.798)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(5.988)	(2.158)	(8.146)	(7.457)	(2.686)	(10.143)
Diferido	(7.343)	(2.643)	(9.986)	(1.952)	(703)	(2.655)
	(13.331)	**(4.801)**	**(18.132)**	**(9.409)**	**(3.389)**	**(12.798)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 15 – Transações com partes relacionadas das demonstrações contábeis de 31.12.2020. Não houve alteração significativa nestas transações no período de três meses findo em 31.03.2021.

Notas Explicativas

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.03.2021				
ENGIE Brasil Energia	6.292	-	1	56.343
Outros	-	-	66	-
Total	**6.292**	**-**	**67**	**56.343**
31.12.2020	**8.918**	**7.000**	**838**	**56.343**

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
31.03.2021			
ENGIE Brasil Energia	18.754	-	104
Diamante	-	4.537	-
Outras	-	-	429
Total	**18.754**	**4.537**	**533**
31.03.2020	**17.310**	**763**	**393**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

NOTA 15 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2021 e o valor da cobertura é R$ 1.012.288, sendo R$ 903.630 referente a danos materiais e R$ 108.658 a lucros cessantes.

NOTA 16 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

No período de três meses findo em 31.03.2021, não ocorreram alterações significativas nos compromissos de longo prazo, os quais são:

- Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST); e

- Contrato de operação e manutenção.

Informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 17 – Compromissos de longo prazo das demonstrações contábeis de 31.12.2020.

Notas Explicativas

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aprovação destinação resultados de 2020

Em 01.04.2021, na 4ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 9.643 (R$ 0,0165492843 por ação) e reserva de retenção de lucros no montante de R$ 86.785.

b) Contrato de modernização da Usina

Em 29.04.2021 e 30.04.2021, a Companhia assinou contratos de modernização das três unidades de geração nos montantes de R$ 13.494 e R$ 11.902, respectivamente. Esta modernização possibilitará o aumento da capacidade da Usina e a previsão de finalização é em 2024.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Miranda

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética Miranda (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em

31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração de informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 14 de maio de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 14 de maio de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 14 de maio de 2021.